

BIBLIOTECA VIRTUAL

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL

- [2010 - 9º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2012 - 10º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2015 - 11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS](#)
- [2016 - 12º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2017 - 13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2018 - 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2019 - 16º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2021 – 17º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- [2012 - 9º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2014 - 10º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2016 - 11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2018 - 12º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2019 - 13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2021 - 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- [2019 - 1º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL](#)
- [2021 - 2º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL](#)

2010 - 9º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL		
Item	Nome	Título
1.	ELAINE ROJO	IMPUTAÇÃO OBJETIVA
2.	ÉMERSON FRIANO	ANENCEFALIA: ASPECTOS JURÍDICO-PENAI
3.	LUIZ FELIPE REBOREDO NUNES	COMENTÁRIOS AO ARTIGO 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
4.	MARIANA BORTOT DE SOUZA	ABORTO E ANENCEFALIA: ASPECTOS MÉDICOS E JURÍDICOS
5.	SUHELEN CAMARGO MARTINS	O PAPEL DA VÍTIMA NO ÂMBITO CRIMINAL

2012 - 10º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL		
Item	Nome	Título
1.	ANDREA SOUZA NASCIMENTO	CONCURSO DE PESSOAS E TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO
2.	MARCELA LIMA VERA TOLOSA	COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE A LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

2015 - 11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS		
Item	Nome	Título
1.	ANDERSON SOARES CUSTÓDIO	SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENÇÃO CRIMINAL NA ATUAÇÃO DA POLÍCIA OSTENSIVA
2.	CARLA ROBERTA DANTAS CURSI	A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E O COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL
3.	EDMAR NASCIMENTO SANTANA	CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO
4.	MILENA SITTOLIN SETUBAL	A SELETIVIDADE DO DIREITO PENAL: REFLEXOS DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DO 'INIMIGO' NA ATUALIDADE
5.	PAULA ELISE DE OLIVEIRA PIMENTEL	A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM CONSENSUAL, MULTIDISCIPLINAR E RESTAURATIVA NO ÂMBITO DO NOVO TRATAMENTO LEGAL CONFERIDO AO USUÁRIO DE DROGAS

6.	VITOR TAMIELLO	APONTAMENTOS ACERCA DA COLABORAÇÃO PREMIADA E SEUS REFLEXOS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
----	----------------	---

2016 - 12º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL		
Item	Nome	Título
1.	ADEVALDO DO NASCIMENTO BARBOSA	COLABORAÇÃO PREMIADA: LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO VERSUS DELEGADO DE POLÍCIA PARA PROPOR O ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA
2.	ALEX TRINDADE BARRETTO PEREIRA	CRIMES CIBERNÉTICOS: REVENGE PORN
3.	ALVARO TAVARES JUNIOR	ASPECTOS CRIMINAIS DO TERRORISMO
4.	ANDRÉ MANGINO ALENCAR LARANJEIRAS	A APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DOS PRECEDENTES VINCULANTES NO ÂMBITO DA JUSTIÇA CRIMINAL
5.	BRUNA TAVEIRA RODRIGUES DA CRUZ	DIREITO À SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELLECTUAL E O ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ARTIGO 217 – A DO CÓDIGO PENAL.
6.	BRUNO DE PAULA SOUZA MARQUES	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS: SOLUÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PENA
7.	BRUNO LIN	A LEI 9.099/95 SOB O INFLUXO DAS REIVINDICAÇÕES DA POLÍTICA CRIMINAL CONTEMPORÂNEA
8.	CARLA GUEDES DE MELLO PIACENTINI	O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO DAS MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – UMA ABORDAGEM NA JUSTIÇA BRASILEIRA
9.	CAROLINA DEMERCIAN	A CRUELDADE CONTRA OS ANIMAIS NO SISTEMA DE CRIAÇÃO INTENSIVA
10.	CHRYSYIAN CORDEIRO	TUTELA PENAL DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA
11.	DANIEL VALENTE SIKORSKI DE OLIVEIRA	TUTELA PENAL DA PESSOA VULNERÁVEL DIGNIDADE SEXUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
12.	DANILO APARECIDO WAETEMANN HERNANDES	TUTELA PENAL DA PESSOA VULNERÁVEL E A POSSÍVEL RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE
13.	DIEGO CURSI MORENO	TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA JURISDIÇÃO PENAL INTERNACIONAL
14.	ERIKA JIN HEE KIM	O CARÁTER PENAL DA LEI 12.846/2013 E SEUS PRINCIPAIS MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO
15.	FRANCILEUDES BEZERRA CROCI	TUTELA DOS DIREITOS DOS TRANSEXUAIS NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

16.	FRANKLIN ANDRADE RIBEIRO DE SOUZA	O AGENTE INFILTRADO COMO MECANISMO DE COMBATE À CORRUPÇÃO
17.	GUILHERME DE CASTRO GERMANO	A SAÍDA TEMPORÁRIA NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL SOB A ÓTICA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – DO RIGOR NORMATIVO À MITIGAÇÃO JURISPRUDENCIAL
18.	HÉLIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO	O NECESSÁRIO RESGATE DA CIÊNCIA PENAL TOTAL E A IMPORTÂNCIA DA JURIMETRIA PARA APRIMORAMENTO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA
19.	JULIANA MOYZÉS NEPOMUCENO ARAUJO	A COLABORAÇÃO PREMIADA E A ATUAÇÃO EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
20.	KAREN MAZLOUM	MANDADOS CONVENCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO E O DUPLO ASPECTO DO GARANTISMO
21.	LUIZ PEREZ JUNIOR	SIMBOLISMO PENAL DA LEI Nº 13.497/2017
22.	MARJORI FERRARI ALVES	A NATUREZA DA AÇÃO PENAL NO CRIME DE LESÃO CORPORAL LEVE NO ÂMBITO DA LEI Nº 11.340/06
23.	NAIANE FREIRE DE MAGALHÃES	APLICABILIDADE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEIO ALTERNATIVO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL BRASILEIRO
24.	NATÁLIA RODRIGUES PIRES	A EVOLUÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS
25.	NATALIA ROSA PELLICCIARI	INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO CASO DE FETO COM MICROCEFALIA
26.	NATHALIA GOMES MONTEIRO	A PROTEÇÃO DE GÊNERO DA LEI N.º 11.340/2006 E OS PROJETOS DE LEI N.º 191/2017 E N.º 8.032/2014
27.	PÂMELA DE ANDRADE STEPLIUK	A INSUFICIÊNCIA DOS CONCEITOS DE ESTUPRO E IMPORTUNAÇÃO OFENSIVA AO PUDOR PARA OS CASOS DE ASSÉDIO ATUAIS COMETIDOS NO TRANSPORTE PÚBLICO DA CIDADE DE SÃO PAULO: O CASO DO ÔNIBUS
28.	PAULA ELISA DA COSTA ALMEIDA	COLABORAÇÃO PREMIADA NAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
29.	RAFAEL VICTOR ZOLIN OLIVEIRA	DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO: FINALIDADE, PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E A PERSECUÇÃO PENAL
30.	RODOLPHO TAKESHI ARAKAKI	DO DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR E A REVITIMIZAÇÃO INSTITUCIONAL
31.	THIAGO NEMI BONAMETTI	A UTILIZAÇÃO DE DADOS DE APARELHOS CELULARES EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS E A PROBLEMÁTICA DA SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO
32.	THIAGO SORRILHA	IMPUNIDADE E REINCIDÊNCIA

33.	YASMIN MENDES KFOURI	<u>ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</u>
-----	----------------------	--

2017 - 13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL		
Item	Nome	Título
1.	ALLAN DIEGO DE SENA	<u>“CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE DELITO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO À LUZ DA TEORIA DO BEM JURÍDICO”</u>
2.	BRUNA BARBARA PAIZ ZEOTTI KANDA	<u>“JUSTIÇA NEGOCIADA: DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO ITALIANO <i>PATTEGGIAMENTO</i> EM TERRAS BRASILEIRAS”</u>
3.	CAROLINE BEATRIZ ULLIAN PEREIRA	<u>“REFLEXOS SOBRE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA”</u>
4.	CLEITON LUIS DA SILVA	<u>“A EXTENSÃO DOS EFEITOS DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA PARA A ESFERA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA”</u>
5.	IURI DE ARAUJO FERREIRA	<u>“COLABORAÇÃO PREMIADA NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA”</u>
6.	JOÃO PAULO GABRIEL DE SOUZA	<u>“OS PARÂMETROS ENTRE A TUTELA DA PRIVACIDADE E O DEVER DE COMUNICAÇÃO DE ILÍCITOS AOS ÓRGÃOS DE PERSECUÇÃO PENAL”</u>
7.	PATRICIA DOSUALDO PELOZO	<u>“REGRA DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA”</u>
8.	ROBSON ALVES RIBEIRO	<u>“A TIPICIDADE PENAL DO “FUNCIONÁRIO FANTASMA”</u>
9.	RODRIGO PEREIRA DOS REIS	<u>“CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE DELITO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO À LUZ DA TEORIA DO BEM JURÍDICO”</u>

2018 - 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL		
Item	Nome	Título
1.	ALEXANDRE ANTONUCCI BONSAGLIA	<u>“JUSTIÇA PENAL NEGOCIAL: O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL CONFORME A LEI Nº 13.694/2019 (“PACOTE ANTICRIME”)</u>

2.	ANDREZZA COELHO MAESTRI	<u>"COMPLIANCE EFETIVO VERSUS COMPLIANCE MERAMENTE FORMAL"</u>
3.	DANILO ORLANDO PUGLIESI	<u>"MITIGAÇÃO AO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE NO ACORDO DE NÃO OPERSECUÇÃO PENAL"</u>
4.	ELIEL PAIXÃO DE SOUZA	<u>"PRINCÍPIOS DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL"</u>
5.	GABRIELA MARTINS MIRANDA	<u>"A INFILTRAÇÃO DE AGENTES COMO MEIO EXTRAORDINÁRIO DE OBTENÇÃO DE PROVAS"</u>
6.	GUILHERME ARICE JUNQUEIRA DE PAULA	<u>"A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL PÚBLICA E A JUSTIÇA PENAL CONSENSUADA"</u>
7.	ILKA MARIA DE BARROS CORRÊA FERREIRA LIMA	<u>"DEPOIMENTO ESPECIAL – UMA ANÁLISE DO DÉFICIT DA PROTEÇÃO DA VÍTIMA DE CRIMES SEXUAIS"</u>
8.	JULIA CRESPI SANCHEZ	<u>"A IMPUTAÇÃO DAS AÇÕES NEUTRAS NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO"</u>
9.	JULIANA CAROSINI	<u>"A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O DEPOIMENTO ESPECIAL"</u>
10.	LAURA MARIA BRANDÃO ESTANCIONE	<u>"EUTANÁSIA SOB A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA CRIMINAL"</u>
11.	LETÍCIA BULDRINI DE ALENCAR	<u>"A LEI Nº 13.431/2017 COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À REVITIMIZAÇÃO"</u>
12.	LORENA GENTIL CIAMPONE	<u>"PRISÃO TEMPORÁRIA PARA CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA"</u>
13.	LORENA MARQUES TORRES	<u>"VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. A LEI MARIA DA PENHA E OS ÓBICES PARA A SUA EFETIVAÇÃO"</u>
14.	LUIZ HENRIQUE PIMENTA AGUILAR	<u>"JURIMETRIA"</u>
15.	MARCELA TAPAJÓS E SILVA	<u>"REFUGIADOS NO BRASIL: ENTRE A PROTEÇÃO JURÍDICA E A CRIMINALIZAÇÃO"</u>
16.	MARIA LAURA PAULINO RAMALHO	<u>"JUSTIÇA RESTAURATIVA – UM NOVO PARADIGMA PARA O SISTEMA PENAL E SUA APLICAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO"</u>
17.	MARIA PAULA TEIXEIRA DA ROCHA	<u>"A TUTELA PENAL DOS IDOSOS NO BRASIL"</u>
18.	MARINA PECUCCI	<u>"O PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO E O(S) PARADIGMA(S) FEMINISTA(S)"</u>

19.	MATHEUS ARICE JUNQUEIRA DE PAULA	<u>"A ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARATIVA"</u>
20.	MAURÍCIO VIVIAN	<u>"PROGRAMA DE VÍTIMAS E TESTEMUNHAS"</u>
21.	MURILO BASSI DE PAULA	<u>"CRIMES PLURISSUBJETIVOS NA CRIMINALIDADE ORGANIZADA"</u>
22.	PALOMA GONÇALVES DA SILVA ROMERO	<u>"A COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E EMPRESAS PRIVADAS NO COMBATE AO CIBERCRIME"</u>
23.	PEDRO HENRIQUE MARQUES DE OLIVEIRA	<u>"A VÍTIMA MENOR E O DEPOIMENTO SEM DANO: PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIME SEXUAL"</u>
24.	PEDRO MOREIRA CURY	<u>"HABEAS CORPUS COLETIVO"</u>
25.	ROSEMEIRE SALGUEIRO VALIENGO BERNI	<u>"O PAPEL DOS ADMINISTRADORES E DO COMPLIANCE OFFICER NA CONSOLIDAÇÃO DE COMPLIANCE COMO INSTITUTO ANTICORRUPÇÃO"</u>
26.	TAINÁ CHAVES DA ROCHA	<u>DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO</u>
27.	TATIANE CESARINO MATTOS MAZZOTTA	<u>A FLEXIBILIZAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL COMO REFORÇO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE</u>

2019 - 16º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL		
Item	Nome	Título
1.	ALANA PATERNO GODOY	<u>PEDOFILIZAÇÃO E INFÂNCIA: AS NOVAS PRÁTICAS DE VIOLAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES E O DIREITO PROCESSUAL PENAL COLETIVO COMO UM NOVO MEIO DE TUTELA</u>
2.	ALESSANDRA GALLUZZI DAVID	<u>GUERRAS ÀS DROGAS, GUERRAS ÀS MULHERES: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO, SELETIVIDADE PENAL E TRÁFICO DE DROGAS</u>
3.	AMANDA ORSOLON MACHADO DOS ANJOS	<u>A REVITIMIZAÇÃO DA MULHER NOS CRIMES SEXUAIS</u>
4.	BÁRBARA GALVÃO ANTUNES CORREA	<u>CADEIA DE CUSTÓDIA E SUA RELEVÂNCIA NA PERSECUÇÃO PENAL</u>

5.	BÁRBARA STELLA ALVES GHISELINI	<u>A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PENAL E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO</u>
6.	BEATRIZ LEMOS BRANDÃO SCHIRRA	<u>CRÍTICA FEMINISTA À CRIMINOLOGIA: UM OLHAR ESPECIAL SOBRE A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS</u>
7.	BRUNO NAZIH NEHME NASSAR	<u>CONTORNOS DA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL POR OMISSÃO À LUZ DO PROGRAMA DE COMPLIANCE: RACIONALIZANDO A ERA DOS DEVERES</u>
8.	FERNANDO RABE CAON	<u>COMPLIANCE COMO FERRAMENTA PARA A DIMINUIÇÃO DE ATOS DE CORRUPÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES</u>
9.	GIOVANA GREKA GODOI FRANCO	<u>NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE CIBERNÉTICA E A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</u>
10.	GIOVANA MARTINS DE SANTANA	<u>MANGÁS, ANIMES E PORNOGRAFIA INFANTIL: DESENHO PEDÓFILO É CRIME?</u>
11.	LEONARDO MAUTONI	<u>AS CRIPTOMOEDAS COMO INSTRUMENTO PARA A PRÁTICA DE CRIMES LICITATÓRIOS</u>
12.	LUCIANA DA SILVA SANTOS	<u>A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL PENAL NO BRASIL DIANTE DO ATIVISMO JUDICIAL</u>
13.	LUIZA DE JESUS LAMEIRA CARRINO NIMER	<u>A TRANSFORMAÇÃO DA CRIMINALIDADE DIANTE DA TECNOLOGIA</u>
14.	MARCELA GONÇALVES ALONSO ALMEIDA GRILLO	<u>A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OS DISCURSOS DE ÓDIO NA INTERNET</u>
15.	MARCOS ANTONIO RONCON JÚNIOR	<u>JUSTIÇA PENAL NEGOCIAL: A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)</u>
16.	MARINA BUGNI SAGGES	<u>ANÁLISE DA LEI Nº 9.807/99 DE PROTEÇÃO DE VÍTIMAS E TESTEMUNHAS E SUAS PERSPECTIVAS</u>
17.	PALOMA DE MOURA SOUZA	<u>ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO</u>
18.	RAFAELA MARTINS BUONOMO	<u>DIREITO PENAL E DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR COMO ABORDAGENS CONCOMITANTES NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO</u>
19.	RENATA MILCZAREK PROCOPIUK	<u>ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA NÃO-AUTOINCRIMINAÇÃO NO USO DE DIGITAL EVIDENCE EM PERSECUÇÃO CRIMINAL – NOÇÕES NORTE AMERICANAS E BRASILEIRAS</u>

20.	ROQUE PIRES DE ALMEIDA JÚNIOR	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO EM CRIMES AMBIENTAIS – UMA ANÁLISE À LUZ DOS TIPOS PENAIIS PREVISTOS NA LEI Nº 9605/98, NA LEI Nº 7.802/89 E NA LEI Nº 6.766/79
21.	VICTOR BORGES DIJIGOW	TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE PROBATÓRIA: UM INSTRUMENTO NECESSÁRIO

2021 - 17º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL		
Item	Nome	Título
1.	ANA CATHARINA MACHADO NORMANTON	DA APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA E DE NORMAS PENAIIS DE PROTEÇÃO À MULHER A MULHERES TRANSEXUAIS
2.	ANDRÉ CARVALHO TONON	BENEFÍCIOS E CONTROVÉRSIAS DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO
3.	BEATRIZ PINHEIRO ROCHEL	A EXECUÇÃO DA PENA SOB O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO
4.	DANILO MELLO FELIX DE OLIVEIRA	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – DEFINIÇÕES E PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO
5.	FERNANDO AUGUSTO FRANK DE ALMEIDA ALVES	O JUÍZO COMPETENTE DA JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
6.	HERICA CAMPOS DE SANTANA	O INSTITUTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO
7.	JUSSARA MARIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	RACISMO RECREATIVO E INJÚRIA RACIAL CONTRA O NEGRO: CONFIGURAÇÃO DO HUMOR OFENSIVO E DO DISCURSO DE ÓDIO
8.	LARISSA DE SENNA NABACK	A PROTEÇÃO INTEGRAL DA VIDA E A HONRA DA VÍTIMA NO PLENÁRIO DO JÚRI
9.	LEONARDO VINICIUS BONIN CANGUSSU	A LEI Nº 13.491/17 E A EXPANSÃO DOS CRIMES MILITARES
10.	RAFAEL LOPES PINTO DA SILVA	TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NA LAVAGEM DE DINHEIRO

11.	RENATO DE SOUZA MARQUES CRAVEIRO	O ESTELIONATO SENTIMENTAL E A RESPOSTA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO ÀS VÍTIMAS – O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
12.	STELLA SOUTTO MAYOR TOTOLI	OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS COMO FOMENTO ÀS NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE: ANÁLISE DA ALTERAÇÃO TRAZIDA PELA LEI N. 13.968/2019 AO CRIME DO ARTIGO 122 DO CÓDIGO PENAL

2012 - 9º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS		
Item	Nome	Título
1.	ANELISE MARA DE ANDRADE	A LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS NO QUE TANGE AOS CONTORNOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO
2.	GRAZIELA BISCARO LAPERUTA	PUBLICIDADE INFANTOJUVENIL E SUA PROTEÇÃO JURÍDICA
3.	RENATA MARIA SILVEIRA TOLEDO	A TUTELA COLETIVA COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL E DE ACESSO À JUSTIÇA: O PROBLEMA DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO COLETIVO NO BRASIL
4.	VALÉRIA FALLEIROS SPINA	A INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO: DIFERENÇAS ENTRE A POSSE DE FATO E A PROPRIEDADE
5.	VITOR TAMIELLO	LICENCIAMENTO AMBIENTAL: UM EFETIVO INSTRUMENTO PARA A BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2014 - 10º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS		
Item	Nome	Título
1.	CASSIANO RICARDO RAMPAZZO	A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL PELO CLAMOR SOCIAL UMA MEDIDA CONTINGENCIAL, INEFICAZ E INCONSTITUCIONAL
2.	ÉRICA QUARESMA DOS SANTOS JOSÉ	DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE CONVIVÊNCIA: CONSEQUENTES DANOS A FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DO FILHO E RESPONSABILIDADE CIVIL PATERNA.
3.	FERNANDO FIGUEIREDO LINHARES PIVA DE ALBUQUERQUE SCHMIDT	AUDIÊNCIA PÚBLICA: UM DIREITO TRANSINDIVIDUAL? ESTUDO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PROGRAMA RUA ABERTA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

4.	ISABELA CALILI COUY	O CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
5.	LEONARDO IKE	PUBLICIDADE INFANTIL E OS CONTORNOS JURÍDICOS DA RESOLUÇÃO Nº 163/14 DO CONANDA
6.	LUCIANA DE MATTOS LOURENÇO	EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES
7.	LUCIANE DAUMAS NUNES	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELOS DANOS NUCLEARES
8.	RAFAEL JANUZZI MARTINS	FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO
9.	TALITA CRISTINA LAVOURA ROMÃO	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
10.	THAIS PARANHOS MARIZ DE OLIVEIRA	O PAPEL DO MUNICÍPIO NA PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DE MANANCIAIS
11.	VANESSA CHRISTINA JACINTO TEIXEIRA	DIREITO DO CONSUMIDOR: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS ABUSIVAS NA PUBLICIDADE VOLTADA AO PÚBLICO INFANTIL

2016 - 11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS		
Item	Nome	Título
1.	ANDRÉ LUIZ FERREIRA CUNHA	O INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
2.	BRUNO PEREIRA DE ALMEIDA ZACARIAS	ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES ACERCA DA (IN) APLICABILIDADE DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES
3.	CAMILA FONSECA RECOUSO	A POLÊMICA ALTERAÇÃO DO ARTIGO 16 DA LEI 7.347/85 E O ATUAL POSICIONAMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4.	CAROLINA TERRÃO BOLLA	SUSTENTABILIDADE NO MERCADO DA MODA
5.	CLARISSA CHAGAS DONDA	ADOÇÃO TARDIA E APADRINHAMENTO AFETIVO
6.	FERNANDA LIMA DE OLIVEIRA	O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E A TUTELA COLETIVA DOS INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS
7.	FERNANDA SANZOVO PRADO PIRES DE CAMPOS	VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA VISÃO BASEADA NOS DIREITOS HUMANOS

8.	GIULIANA MARTINS LOPES	ANÁLISE DA LEGITIMIDADE ATIVA DAS ASSOCIAÇÕES CIVIS E DAS CONDIÇÕES PARA A SUA ATUAÇÃO NA AÇÃO COLETIVA
9.	HENRIQUE DAIHO NONOGUCHI	O ACORDO DE LENIÊNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL E SEUS EFEITOS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
10.	JÉSSICA ALINE GOMES	A TUTELA DAS MIGRAÇÕES AMBIENTAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E GARANTIA DE ACODO COM A ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA OIM
11.	JOICY FERNANDES ROMANO	VIOLAÇÃO SISTÊMICA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA EDUCACIONAL PÚBLICO BRASILEIRO
12.	JOSIANE BENADUCCI	A PRIORIDADE ABSOLUTA NA PROTEÇÃO DO RECÉMNASCIDO EM CASOS DE MÃES EM DROGADIÇÃO
13.	LUANA SILVA SOUZA	REFLEXÕES ACERCA DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIA MP NA RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS AMBIENTAIS
14.	LUCAS GOMES PRADO UCHÔA	AÇÕES COLETIVAS PROPOSTAS POR ASSOCIAÇÕES – ANÁLISE DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS Nº 573.232/SC e Nº 612.043/PR
15.	MAICON NATAN VOLPI	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO INSTRUMENTO DE ACESSO AO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA
16.	MARCELO IGLESIAS BARROSO	MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E O PROCESSO COLETIVO
17.	MAURICIO MARALDI	O CONTROLE DA DESISTÊNCIA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO
18.	MAURO ROBERTO DE ALMEIDA NETTO CRUZEIRO	DA GESTÃO DEMOCRÁTICA URBANA POR MEIO DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS
19.	MICHEL FERREIRA	A EXTENSÃO SUBJETIVA DA COISA JULGADA COLETIVA E O PROCEDIMENTO DAS CAUSAS REPETITIVAS
20.	PATRÍCIA AMBRIQUE MARTINEZ	FAVELA, SENZALA E EMPREGADA: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO DA TELEVISÃO E O DANO SOCIAL
21.	PATRÍCIA DE CASTRO	ENTRAVES AO COMBATE DO FORNECIMENTO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
22.	PEDRO MOREIRA CURY	A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI SOB A ÓTICA DO ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E DA FAMÍLIA
23.	RAFAEL FIGUEIREDO DE MATOS	MINISTÉRIO PÚBLICO E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA IDOSA
24.	REINALDO GONÇALVES DE TOLEDO	A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL: Análise sobre a efetiva aplicação do princípio da equidade nas decisões judiciais

25.	TATIANA CRISTINA DE ANDRADE VERGUEIRO	O ACOLHIMENTO FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL
26.	THAIS AMARANTE CRUZ	O CABIMENTO DO HABEAS CORPUS COLETIVO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
27.	VALÉRIA MAIOLINI	A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL PARA ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE E AO DIREITO À PROPRIEDADE

2018 - 12º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS		
Item	Nome	Título
1.	ADRIANA MASUI ASSANO	"MEDIÇÃO SANITÁRIA COMO ALTERNATIVA À JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: ANÁLISE DO CASO DO ESTADO DE MINAS GERAIS"
2.	ALINE RIERA PEDREIRAS	"CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING HOMOFÓBICO"
3.	ANA CAROLINE LIMA MELO	"IMPACTOS DAS DECISÕES JUDICIAIS NO DEFERIMENTO DE MEDICAMENTOS SEM REGISTRO"
4.	ARTUR GIOLITO MELISSOPOULOS	"A OBRIGATORIEDADE DO CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O EFETIVO COMBATE À CORRUPÇÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO POR SUA OMISSÃO"
5.	BRUNA SIMONI	"ACORDOS NA DEFESA DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA"
6.	CAMILA HAIDEM DE ARAUJO LIMA	"O DIREITO FUNDAMENTAL À MEMÓRIA E SUA EFETIVAÇÃO PELOS LUGARES DE MEMÓRIA"
7.	CATIA APARECIDA DE SOUSA MÓDOLO	"OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO"
8.	EDUARDO MARTINS BOIATI FILHO	"DIREITO À EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS: ACESSO E PROBLEMAS DA JUDICIALIZAÇÃO"
9.	FERNANDA CAMARGO VIEIRA	"A IRRETROATIVIDADE DO CÓDIGO FLORESTAL (LEI Nº 12.651/2012): DA IMPOSSIBILIDADE DE RETROAÇÃO DA NORMA AMBIENTAL MENOS PROTETIVA"
10.	FERNANDO AKIO HIGA	"O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENQUANTO INSTRUMENTO DE TUTELA COLETIVA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA"
11.	FILIPPE PANACE MENINO	"A EXIGÊNCIA DO AVISO DE MIRANDA NOS PROCEDIMENTOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA"

12.	FREDERICO LUIZ ALAGO	<u>"O INQUÉRITO CIVIL E O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COMO INSTRUMENTOS DE CELERIDADE E EFETIVIDADE NA TUTELA DOS INTERESSES COLETIVOS LATO SENSU"</u>
13.	GABRIEL LARREA KALAF	<u>"A SEGURANÇA PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS: O CONTROLE DA SEGURANÇA PÚBLICA PELA VIA COLETIVA"</u>
14.	GABRIEL SORROCHE DOS SANTOS	<u>"A RELAÇÃO DO ESTADO E DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO E A PROIBIÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE PELO TEXTO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7180/14"</u>
15.	GABRIELA CARVALHO DE ALMEIDA	<u>"A POSSIBILIDADE DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA"</u>
16.	GEMAYNA RASFASKY FIOROT	<u>"O RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO NA EXECUÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA"</u>
17.	ISABELA RIBEIRO HADDAD DROGHETTI	<u>"POLÍTICAS PÚBLICAS ALTERNATIVAS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE SÃO PAULO"</u>
18.	ISABELLA CRISTINA RIBEIRO PEREIRA	<u>"O ADOLESCENTE TRANSGÊNERO PRIVADO DE LIBERDADE: UM ESTUDO SOBRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A PROTEÇÃO INTEGRAL NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO"</u>
19.	ISABELLA SIMARDI BLANCO LOPEZ	<u>"MINISTÉRIO PÚBLICO E A TUTELA DO DIREITO À EDUCAÇÃO"</u>
20.	IVY GABRIELA DIAS MUNIZ	<u>"A INTERAÇÃO DAS FONTES PROCESSUAIS NA APLICAÇÃO DOS PROVIMENTOS PROVISÓRIOS EM AÇÕES COLETIVAS TRABALHISTAS"</u>
21.	JULIANA MOYZÉS NEPOMUCENO ARAUJO	<u>"O DEPOIMENTO ESPECIAL E A PREVENÇÃO DA REVITIMIZAÇÃO"</u>
22.	JULIANA QUEIROZ DE CASTRO	<u>"ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PELO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E SEUS DESAFIOS"</u>
23.	KARINA TORRES MANZALLI	<u>"INSTRUÇÃO PROBATÓRIA NO INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUA RACIONALIZAÇÃO"</u>
24.	LEANDRO JOY FUKASE	<u>"PROTEÇÃO JUDICIAL ÀS MINORIAS DIANTE DA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL LEGISLATIVA: OS EFEITOS CONCRETISTAS NO JULGAMENTO DO MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 4733 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"</u>
25.	LUIZ GUSTAVO SHIMBATA	<u>"A UTILIZAÇÃO DO PROCESSO COLETIVO ESTRUTURAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS"</u>

26.	LUÍZA SOUTO NOGUEIRA	<u>“DESIGUALDADE DE GÊNERO E A VULNERABILIDADE DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA”</u>
27.	MARIA ANTONIA GUIMARAES VICENTE DE AZEVEDO	<u>“A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO ARTÍSTICO”</u>
28.	MARIA EUGENIA RODRIGUES CORSATO	<u>“PATRULHA MARIA DA PENHA E GUARDIÃ MARIA DA PENHA COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”</u>
29.	MARILIA GADOTTI YASUDA	<u>“CONSELHO TUTELAR E A APLICAÇÃO DE PROTEÇÃO DE AFASTAMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR”</u>
30.	MARINA RIOS PINHEIRO PASSOS	<u>“JUSTIÇA RESTAURATIVA E LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE CRÍTICA”</u>
31.	NATHALIA LIMA FERNANDES	<u>“A ‘LEI MARIA DA PENHA’ COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO”</u>
32.	PAOLA VERRASTRO D'ISEP	<u>“A CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA E SUA APLICAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO TJSP”</u>
33.	PAULA ELISE DE OLIVEIRA PIMENTEL	<u>“A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA GARANTIA DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE”</u>
34.	PAULA MARIOTTI FELDMANN	<u>“A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS”</u>
35.	PLINIO DANIEL LINS BRANDÃO VEAS	<u>CORRELAÇÕES ENTRE PAISAGEM URBANA E SAÚDE PÚBLICA”</u>
36.	RAFAELA PAROLARI CORREA VALLIM	<u>“ANÁLISE DA VIABILIDADE DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA AO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA”</u>
37.	RODRIGO KIYOSHI YOSHII FUJIWARA	<u>“A SOFISTICAÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA SAÚDE PÚBLICA E A INEFICIÊNCIA DOS ATUAIS INSTRUMENTOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO”</u>
38.	SIDNEY ANTONIO DA COSTA	<u>“INQUÉRITO CIVIL COMO INSTRUMENTO DE PROVOCAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DE CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS EM DIREITO SANITÁRIO”</u>
39.	THIAGO HENRIQUE DOS SANTOS OLIVEIRA	<u>“A RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA EM TERMOS DE LOGÍSTICA REVERSA E A SUA EFICÁCIA PERANTE A TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE”</u>
40.	VINICIUS MARTINS SILVA	<u>“PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTOS AO ERÁRIO”</u>

2019 - 13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS		
Item	Nome	Título
1.	ALÍPIO DO NASCIMETNO MARTINS JÚNIOR	ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
2.	ANA CLÁUDIA SHIGASI	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR: A ABUSIVIDADE DA EXIGÊNCIA DE PEDIDO MÍNIMO NO IFOOD
3.	FÁBIO LUIZ ROSSI	O INQUÉRITO CIVIL E OS LIMITES DA DEFESA DO INVESTIGADO
4.	FERNANDA AURANI BELLINETTI	REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO E ALTERNATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS AOS FUNDOS DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS
5.	HENRIQUE VINÍCIUS RODRIGUES DOS SANTOS	ANÁLISE DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM LITÍGIOS ESTRUTURAIS
6.	ISABELLA YÁZIGI ABRÃO	O MINISTÉRIO PÚBLICO E A TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DAS MULHERES
7.	KARINA GODOY DE CARLI	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E A PROBLEMÁTICA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.180-35/2001: UMA CLARA INCONSTITUCIONALIDADE A FERIR DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ACESSO À JUSTIÇA DOS CONTRIBUINTE
8.	LETHICIA ANDREA RUSSO SARAIVA DE OLIVEIRA	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA TRAZIDO PELO PACOTE ANTICRIME À LUZ DA RESOLUÇÃO 1.193/20 DO MP/SP
9.	LUANA SBEGHEN BONOMI	O ATIVISMO JUDICIAL E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA ESFERA AMBIENTAL
10.	MARCEL NOGUEIRA PAIVA	O DIREITO DO CONSUMIDOR NOS AMBIENTES VIRTUAIS DE COMPRA
11.	MARCO TULIO ALONSO RONSINI	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE (FNDCA): PARA ONDE ESTÁ INDO O DINHEIRO ARRECADADO?
12.	MARIANA POLIDO DA SILVA	ERRO NA CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA (IR)RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COM BASE NO RE Nº 1.612.887 – PR

13.	MARINA MORALES BARBIERI	O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PARA TUTELA DE DIREITOS DIFUSOS
14.	MEIRE LOPES MONTES	A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES
15.	RÚBIA PALOMA ROCHA	CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA POR MEIO DO ACESSO À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS IDEIAS DO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO” À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ENSINO
16.	STÉFANI SOUZA MORAIS	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL: OS PRINCIPAIS PONTOS CONTROVERTIDOS SOBRE O NOVO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA NEGOCIADA NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
17.	UBIRATAN MARQUES DE AGUIAR GOMES	CONTAMINAÇÃO GENÉTICA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO ESTADO
18.	ULISSES DE AGUIAR GOMES FILHO	ESPAÇO CÓSMICO ECOLOGICAMENTE AMIGÁVEL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES À ECONOMIA ESPACIAL BRASILEIRA
19.	YANNA CAROLINE MÜLLER BATINA	EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DO ENSINO PÚBLICO: ASPECTOS LEGAIS, BARREIRAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

2021 - 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS		
Item	Nome	Título
1.	ALEX FACCILO PIRES	A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E OS VEREDITOS DO STJ (TEMA 106 DE RECURSO REPETITIVO) E STF (TEMA 500 E 006, AMBOS DE REPERCUSSÃO GERAL)
2.	ALEXANDRE CASSIANO DORÁCIO ANTUNES	DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS, SEGURANÇA PÚBLICA E A POLÍCIA
3.	ALÍCIA CRISTOVÃO PESSETTI	A PROIBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO
4.	ANGELA BEATRIZ FERREIRA DA COSTA NASCIMENTO	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NA MODERNIDADE LÍQUIDA

5.	ARIANE DE SOUZA BARBOSA	DIREITO DOS DESASTRES E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO NAS PRESTAÇÕES DE SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19
6.	HECTOR ROBERTO ENG	APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NAS TRANSAÇÕES REALIZADAS EM SITES DE INTERMEDIÇÃO
7.	HUGO UEHARA DE SOUZA	JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – ASPECTOS DA SOLIDARIEDADE PASSIVA NAS AÇÕES PRESTACIONAIS DE SAÚDE
8.	ISABELA JUNQUEIRA NOGUEIRA DE SOUZA	ATUAÇÃO SINDICAL E A CONQUISTA DOS DIREITOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL
9.	ISABELLE BRAGA ARAUJO	DIREITO DOS DESASTRES E CALAMIDADES PÚBLICAS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO: UM DIÁLOGO COM VISTAS A REPARAÇÃO CÍVEL DE GRUPOS VULNERÁVEIS
10.	IVAN BARRETO RODRIGUES	MEDIDAS ESTRUTURAIS EXTRAJUDICIAIS DISPONÍVEIS AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO DE LITÍGIOS ESTRUTURAIS
11.	JOSÉ FRANCISCO RUSSO WALTER	A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
12.	LUIZ RICARDO SANTOS CANÊDO	NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: (IR)RETROATIVIDADE
13.	MARINA MORGANTE BITTENCOURT	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
14.	MÔNICA LODDER DE OLIVEIRA DOS SANTOS PEREIRA	MEDIÇÃO NOS CONFLITOS COLETIVOS: PROPOSTAS PARA NOVOS CAMINHOS E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
15.	NATÁLIA FREITAS DE ALMEIDA	ELEMENTO SUBJETIVO NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
16.	PAULO ERNANI BERGAMO DOS SANTOS	AÇÃO POPULAR E A SINDICABILIDADE DE ATOS DO PODER LEGISLATIVO: INSTRUMENTO DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA
17.	PAULO SÉRGIO CAROTTA JUNIOR	NOVOS ASPECTOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

18.	PEDRO RAFAEL NOGUEIRA GUIMARÃES	REFLEXÕES SOBRE A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O COMBATE À CORRUPÇÃO
19.	RAPHAEL ARICE JUNQUEIRA DE PAULA	PROCESSO ESTRUTURAL E LITÍGIOS COLETIVOS ENVOLVENDO OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES
20.	ROBERTA MARIA MIRANDA FERNANDES	AS NOVAS REGRAS DO REGIME DE INDISPONIBILIDADE DE BENS E A PRECARIZAÇÃO DA TUTELA DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA
21.	RODRIGO BARBOSA ZANIN JUAREZ	A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – UMA ANÁLISE DOS SISTEMAS GLOBAL E REGIONAL INTERAMERICANO
22.	ROQUE PIRES DE ALMEIDA JUNIOR	O INQUÉRITO CIVIL ESTRUTURAL COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRANSINDIVIDUAIS
23.	WESLEY MOTTA VIANA	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL COMO INSTRUMENTO CÉLERE PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES ÍMPROBOS

2019 - 1º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL		
Item	Nome	Título
1.	AFONSO SOARES DE OLIVEIRA SOBRINHO	AS FORMAS ADEQUADAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (ADR): OPORTUNIDADE ESTRATÉGICA À ADVOCACIA NO ACESSO À JUSTIÇA
2.	ANDRÉ DE ARAÚJO SOUSA	A PROVA NAS AÇÕES INDIVIDUAIS DE SAÚDE: UM ESTUDO À LUZ DE PRECEDENTES
3.	ANA BEATRIZ FRATTA MELO	OS LIMITES E A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS ATÍPICAS DE EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL – REFLEXÕES SOBRE O ARTIGO 139, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
4.	ANA GABRIELA COUTINHO CAETANO VISCONTI	O SISTEMA DE PRECEDENTES E A UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO CPC/2015
5.	ANNA CAROLINA ANDREATA	O PROCEDIMENTO PREVISTO PARA AS AÇÕES CONTENCIOSAS QUE ENVOLVEM DIREITO DE FAMÍLIA: A SOLUÇÃO CONSENSUAL COMO INSTRUMENTO PARA TUTELA DO DIREITO MATERIAL
6.	CARLOS ANTONIO MATOS DA SILVA	CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO INEXIGÍVEL EM PERDAS E DANOS

7.	FELIPE AUGUSTO CUBA DE SOUSA	FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA E OS LITÍGIOS COLETIVOS NAS AÇÕES POSSESSÓRIAS
8.	GUSTAVO DO ABIAHY CARNEIRO DA CUNHA GUERRA	A CONSEQUÊNCIA DA REDAÇÃO DO ARTIGO 1.042 FINE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
9.	ISABELA ALVAREZ SABBAG	PODER-DEVER DE COERÇÃO E MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS
10.	JOSÉ VICTOR DIAS DA SILVA SANSALONE	DA INCOMPATIBILIDADE DO ART. 16 DA LACP NA TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS
11.	JULIANA MARTINS ALVES	USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: DESJUDICIALIZAÇÃO DA CONVERSÃO DA POSSE EM PROPRIEDADE
12.	LÍGIA PENHA STEMPIEWSKI	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES
13.	LUCIANA DE ALMEIDA LEITE	NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO RITO PROCESSUAL
14.	MARIANA DOS SANTOS FONSECA LAGO	O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA: QUESTÕES ESSENCIAIS, CONTROVERSAS E SUA APLICABILIDADE E ALCANCE À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
15.	MARIANA SANTOS BERALDO DE CASTRO	A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE DO CPC/15
16.	NATHÁLIA MOLLEIS MIZIARA	POLÊMICAS SOBRE A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE
17.	RENATO DE SOUZA MARQUES CRAVEIRO	INQUÉRITO CIVIL E IMPRENSA
18.	VANEZA LEVA DE OLIVEIRA	O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES COMO MECANISMO DE REFORÇO AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL
19.	VICTOR ABDALA DE TOLEDO PIZA	TUTELA PROVISÓRIA EM LITÍGIO COLETIVO POSSESSÓRIO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
20.	VIVIAN SEABRA	A SISTEMATIZAÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

2021 - 2º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL		
Item	Nome	Título
1.	ALEXANDRE NORBERTO DOS SANTOS	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FASE PRÉ-PROCESSUAL PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE MASSA

2.	CLÁUDIA MARIA LICO HABIB TOFANO	A ALIENAÇÃO DE BENS EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A REPARAÇÃO AMBIENTAL INTEGRAL: ANÁLISE CRÍTICA DOS ARTS. 66, § 3º E 60, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DA LEI N. 11.101/2005
3.	DIEGO FERNANDES MELO	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL NO ÂMBITO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS PROMOVIDOS PELA LEI Nº 14.230/21
4.	EDUARDO MARTINS BOIATI	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL COMO FERRAMENTA DE EFETIVA TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINSITRATIVA
5.	FABIO HENRIQUE FRANCHI	DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA – PAP – COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS
6.	FELIPE AUGUSTO CAMILO DE FREITAS	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO EFEITO VINCULANTE DAS DECISÕES EM INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS
7.	FLÁVIO MAZIERO SERPA	CONFLITO DE COISAS JULGADAS: ANÁLISE DAS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE O PROBLEMA
8.	MARCELO FERREIRA DE SOUZA NETTO	A FORÇA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS DAS CÂMARAS RESERVADAS DE DIREITO FALIMENTAR
9.	PATRICIA CRISTINA BUSARANHO RAMM	NEGÓCIOS PROCESSUAIS NA TUTELA COLETIVA: APLICAÇÃO, LIMITES E ESPECIFICIDADES
10.	PAULO ERNANI BERGAMO DOS SANTOS	PRECEDENTES VINCULANTES E RECLAMAÇÃO
11.	THAÍS COSTA PAULO	A INOVAÇÃO ACERCA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE INSERIDA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DAS EXECUÇÕES PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA
12.	VIVIANE DA SILVA COSTA	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E A POSSIBILIDADE DE MEIOS EXECUTIVOS ATÍPICOS E ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS